



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

**INTERSECCIONALIDADE: UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Pauline Ildelfonso¹
Érica Almeida²

Resumo

O presente trabalho é fruto de nossa dissertação de Mestrado no programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas na UFF/Campos dos Goytacazes. Neste trabalho, buscamos problematizar as relações de Raça, Classe e Gênero sob a perspectiva da interseccionalidade, apresentando elementos que demonstram que embora tenhamos hoje um número insigne de políticas públicas que atendam as múltiplas demandas das camadas mais precarizadas, o debate sobre as desigualdades sociais precisa necessariamente ser analisado sob a égide da Interseccionalidade a fim de revelar particularidades invisibilizadas. Para tanto utilizamos dados oficiais do IPEA(2017),PNAD(2016), afim de analisar a condição da mulher negra no mercado de trabalho no Brasil frente à crise contemporânea.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Interseccionalidade; Crise capitalista; Contemporaneidade.

Intersectionality: a challenge in building up Public Policies

Abstract

This paper conveys some results of the final work for MSc's degree in the Postgraduate Program in Regional Development, Environment and Public Policies at UFF/Campos dos Goytacazes. In this work we seek to problematize Race, Class and Gender relations from the perspective of intersectionality, presenting elements that demonstrate that although we have today an insignificant number of public policies that meet the multiple demands of the most precarious strata, the debate about social inequalities needs necessarily be analyzed under the aegis of Intersectionality in order to reveal invisible particularities. For this, we use official data from IPEA (2017) and PNAD (2016), to analyze the condition of black women in the labor market in Brazil in the context of contemporary crisis.

Keywords: Public Policy, Intersectionality, Capitalist's crisis, Contemporaneity.

Introdução

A proposta de enxergar o mundo, as relações sociais e o fluir da vida a partir do olhar das mulheres negras, quebrou a taça de cristal do movimento feminista na década de 1960³. O conceito de “cadeias de subordinação” o qual a autora norte

¹ Doutoranda em Políticas Sociais no PPGPS/UENF. E-mail: <paulinevitoria@hotmail.com>.

²Doutora em Serviço Social UFRJ e coordenadora do NETRAD- Núcleo de pesquisa em dinâmica capitalista e ação política. E-mail: <ericalmeida@uol.com.br>.

³ O amadurecimento do pensamento feminista sobre as complexidades das relações sociais avança entre as décadas de 1960 e 1990 com a ampliação dos movimentos negros na América com destaque para Estados Unidos e Brasil, bem como a partir das novas concepções sobre as desigualdades sociais que consideravam as dimensões de gênero, raça e classe como fenômenos estruturais das sociedades de passado colonial. A formulação do primeiro conceito articulador de gênero, raça e classe descendente do “*Black Feminist*” ou feminismo negro, que quebrou paradigmas instituídos sob o próprio movimento feminista, foi o conceito de Cadeias de Subordinação, inserindo novos parâmetros sobre teorias e lutas, a partir do “*Standpoint*” ou ponto de vista feminista negro.

americana Kimberlé Crenshaw (1960) constrói a partir do Ponto de vista feminino negro, denuncia as várias dimensões da vida social nas quais a mulher negra está inserida e como o sistema capitalista se alimenta das desigualdades e opressões de gênero, raça e classe convergindo para que gerações de mulheres negras continuem em condições de subalternidade, traduz a intenção da Interseccionalidade⁴.

Mas como identificar as “cadeias de subordinação”? Para identificá-las é necessário analisar as construções sociais que subalternizam um grupo em detrimento de outro nas relações sociais, conferindo poder a grupos(o), pessoas(a), ou culturas(a) historicamente pertencentes a elite branca, interferindo, dificultando ou mesmo negando a emancipação social, econômica ou cultural de grupos historicamente marginalizados, bem como minimizando o acesso a bens e serviços na sociedade, promovendo a vulnerabilidade social de parcelas populacionais específicas e alimentando as desigualdades sociais. Assim, é preciso compreender gênero, raça e classe como elementos construtores dessas cadeias na prática. Para Quijano (2005) a ideia de raça partiu de uma noção eurocêntrica do mundo, fabricando uma classificação da população sobre o parâmetro social, tornando a sociedade ocidental moderna – e aqui falamos de Europa- um referencial para o mundo. Sendo assim o conceito social de raça torna-se uma cadeia de subordinação do ponto em que a ideia eurocêntrica determinou a partir de teorias racistas do século XIX a supremacia branca sobre as demais etnias, cores, raças e culturas, legitimando a utilização de mão de obra negra escrava.

O gênero torna-se uma cadeia de subordinação compreendido como construção social que confere -através do Patriarcado- o protagonismo da vida ao ser humano do sexo masculino, subalternizando o papel da mulher na sociedade.

O gênero se torna, alias uma maneira de indicar as “ as construções sociais”- criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais entre homens e mulheres.(SCOTT.1990.p.4)

A classe social, como produto da divisão social do trabalho e da apropriação privada dos meios de produção que emergem com o capitalismo, está fundada em um longo e contínuo processo de expropriação das classes subalternas do

⁴ O termo Interseccionalidade refere-se segundo Kergoat(2017) ao entrecruzamento dos conceitos de gênero, raça e classe, e neste sentido, Hirata (2014) afirma que a interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade”

acesso aos bens e serviços necessários para a sua sobrevivência, restando à elas, unicamente, a comercialização da sua força de trabalho, em condições cada vez mais precárias e por remunerações aviltantes. Nas palavras de Marini(1973), em condições de superexploração.

A percepção de classe social a partir dos estudos sobre a formação do mercado de trabalho, e pelo resgate da historicidade da classe trabalhadora nos oferece ferramentas para pensar :

[...] a história da própria classe trabalhadora a partir de uma visão ampla de história social, refratária aos determinismo e atenta não apenas à dimensão econômica da classe, como também à sua autonomia relativa de outros níveis de análise” (MATTOS, 2012, p.84).

Neste sentido, abre-se o campo das possibilidades para compreender a classe trabalhadora para além do economicismo, incluindo assim a possibilidade de pensar um campo político com expressões, valores e culturas distintas. Esta perspectiva torna-se perfeitamente possível pensar as especificidades da condição da mulher negra trabalhadora , tendo em vista a nova abertura e atenção aos processos sociais que extrapolam os limites de concepção que cerceia o conceito de classes às condições estritamente materiais de existência⁵. Este conceito avança em seus significados e construções, na relação entre as condições objetivas materiais com os elementos subjetivos como valores, crenças, moral, atitudes, formando neste processo as identidades, e dando origem às experiências de classe.

[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns(herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesses diferem(e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram- ou o entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais : encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987 1988, p.10)

Desta forma, as “experiências vivenciadas por grupos específicos” tornam-se ponto de partida para o conceito de classe pensando neste trabalho. Outro ponto a destacar é: as cadeias precisam ser analisadas para além de suas interferências diretas. As vivências dos antepassados interferem diretamente nas vivências das

⁵ Engels em 1847 definia o proletariado como “a classe que retira sua subsistência unicamente da venda de seu trabalho”, e mais à frente: “A classe dos que não possuem absolutamente nada, que são obrigados a vender aos burgueses seu trabalho, para receber em troca meios de subsistência necessários à sua manutenção” (ENGELS, 2001, pp. 103 e 105).

gerações mais jovens e por isso, é preciso pensar estratégias de “saída” comprometidas com passado e futuro. Sob o ponto de vista de Almeida (2011):

A necessidade de maior investimento nas políticas públicas fundamentais, da sua integração e universalização é cada vez mais urgente, não só do ponto de vista da minimização das sequelas que atingem os jovens brasileiros, especialmente, os pobres e negros, cada vez mais expostos à violação dos seus direitos mais fundamentais, mas, sobretudo, para assegurarmos as condições mínimas para a construção de perspectivas e de possibilidades futuras. E mais: a ausência de uma Política de Emprego associada à Política de Educação, com ênfase no aumento da escolaridade juvenil e na formação profissional desse segmento, em especial, para aqueles pertencentes às famílias de trabalhadores pauperizados, faz com que estes não consigam melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, não superando as precárias condições de reprodução social dos seus pais. (ALMEIDA, 2011, p. 45)

Cabe visualizá-las como âncoras analíticas que permite o aprofundamento teórico nos estudos que contemplam Gênero, Raça/Cor e Classe como agentes contínuos na construção das trajetórias de vida. Por isso mesmo , Kergoat(2017) explica que a Interseccionalidade remete basicamente a dois objetivos

O primeiro é o reconhecimento dos mecanismo de opressão, o qual requer que sua complexidade não seja negada, mas, ao contrário, que seja tomada como objeto central da análise. O segundo objetivo é – para falar de maneira rápida – o da saída desses sistemas, tendo a emancipação como horizonte. (KERGOAT, 2017, p.20)

Ou seja, a Interseccionalidade propõe sistematicamente uma “práxis” ativa, dando subsídios para o reconhecimento dos mecanismos de opressão a partir dos instrumentos teórico-metodológicos na interseção dos conceitos de gênero, raça e classe, como também de ações que objetivem a quebra ou a” saída” desses sistemas.

A saída ou a quebra dessas cadeias se efetivam no processo de reparação sócio-histórica do lugar marginalizado na produção e reprodução da sociedade que fora imposto ao povo negro no Brasil pelo atroz processo de colonização, bem como pelos processos de expropriação posteriores empreitados sobre esta parcela específica. O caminho de saída passa pelo fortalecimento de grupos de base ma sociedade civil organizada dedicados na luta antirracista, feminista, movimentos dos trabalhadores entre outros grupos subalternos e pela formulação de mecanismos legais e políticas públicas que incorpore as demandas destes grupos e ofereçam melhores condições de vida, uma condição digna na sociedade e oportunidade de ocupar cadeiras em espaços historicamente segregados. Sendo assim, propomos apresentar a Interseccionalidade não como uma proposição fixa, definitiva, nem única para as Políticas Públicas, mas como

uma possibilidade de aperfeiçoamento de tais mecanismos. Nos últimos vinte anos a discussão acerca das relações de gênero, raça e classe vem sendo pauta frequente nas pesquisas acadêmicas, porém, ainda encontramos dificuldades no que se refere à aplicação das políticas públicas com viés interseccional. Isto se torna ainda mais preocupante quando visualizamos a questão das mulheres negras trabalhadoras face a égide dos novos arranjos do capital e das novas formulações e mecanismos instituídos no Brasil que dizem respeito ao enfraquecimento do amparo e proteção do trabalhador – vide a incorporação do Ministério do Trabalho a pasta de Justiça, Cidadania e da Economia, perdendo assim seu status de Ministério- cabe discutir de forma mais específica à condição das mulheres negras inserida neste contexto, principalmente as mais empobrecidas, majoritariamente inseridas no Trabalho do Cuidado. As reflexões que apresentamos neste trabalho diz respeito ao lugar da mulher negra na produção e reprodução da vida na sociedade capitalista face aos arranjos do capital e suas políticas de flexibilização dos direitos sociais na contemporaneidade brasileira, destacando elementos que subsidiam análises comprometidas com a construção de teorias próprias a partir do olhar dos países de capitalismo dependente.

Desenvolvimento

O conceito descrito por Werneck (2010) sobre políticas públicas contempla o visão geral deste trabalho. Para a autora:

As Políticas públicas são iniciativas sustentadas pela sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos. Assim, a riqueza (material e imaterial) produzida deve ser através delas, repartida entre os diferentes grupos sociais de forma equitativa, visando melhorar sua qualidade de vida e também possibilitar a geração de mais riquezas materiais e simbólicas. As políticas públicas são também importantes instrumentos para correção das injustiças sociais. Uma vez que podem induzir e produzir profundas mudanças através da liderança, do exemplo e da ação constante e firme na redução de desigualdades, das discriminações e para a mudança ideológica. Para que possam alcançar o objetivo de correção de injustiças e proporcionar igualdade, as políticas públicas devem contar com alguns elementos básicos. (WERNECK, 2010, p.12)

Para tanto, partindo deste conceito, é que propomos analisar a importância dessas políticas de cunho assistencial e Igualdade Racial, especificamente, na vida das mulheres negras trabalhadoras. As indagações e contribuições de Abramo (2004) tornam-se ponto de partida de nossa discussão:

Por que é importante falar de gênero e raça quando se fala de políticas públicas? Ou, em uma linguagem mais técnica, por que é importante

introduzir, fortalecer e transversalizar a dimensão de raça nas políticas públicas? Em primeiro lugar porque, no Brasil, as desigualdades e a discriminação de gênero e raça são problemas que dizem respeito à maioria da população. No caso brasileiro, quando nos referimos a gênero e raça não estamos falando de grupos específicos da população, ou de minorias, mas, sim, das amplas maiorias da sociedade brasileira. Isso não significa que a discriminação contra qualquer minoria possa ser justificada, mas que, no Brasil, esse problema claramente se refere à maioria da população. (ABRAMO,2004,p.17)

Reconhecer o ambiente adverso em que estão inseridas as mulheres negras e pensar políticas públicas interseccionais que almeje as “quebras de cadeias de subordinação” requer esforço e participação comprometida com uma sociedade mais justa e igualitária frente ao desafio de transpor barreiras impostas por uma sociedade racista e patriarcal. Requer também cada vez mais a incorporação democrática dos movimentos sociais de base e suas demandas na formulação das políticas públicas. A relação entre sociedade e política em permanente dinâmica, permite que os conflitos vivenciados se tornem parte das agendas das políticas públicas implicando reformulações e redefinições nos programas de governo. Esta perspectiva, além de revisar a dimensão do Estado enquanto espaço estanque propicia um balanço coerente das novas formulações e transformações nos últimos anos. E no caso das mulheres negras, o mercado de trabalho torna-se um marcador privilegiado de desigualdades sociais sob a ótica da Interseccionalidade. Basta questionar, onde está inserida a maioria de mulheres negras no mercado de trabalho? Que posição elas ocupam? Quanto vale os seus trabalhos?

Os estudos sobre desigualdades de gênero e raça no Brasil, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2017) nos auxiliam na compreensão da condição das mulheres negras trabalhadoras na atualidade. Segundo os mesmos eles, a taxa de participação da população feminina em idade ativa (de 16 a 59 anos) trabalhando ou à procura de emprego, no período de 1995 a 2015, oscilou entre 54% e 55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase a metade das brasileiras em idade ativa não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de trabalho. São mulheres que assumem os trabalhos domésticos e de cuidado da família, tradicionalmente, legados às mulheres como funções femininas. Outra explicação encontra-se na pouca escolaridade e na dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, como veremos mais adiante. Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e, no caso das mulheres negras, de 13,3%. Chama atenção a centralidade do

emprego doméstico entre as ocupações femininas. No caso das mulheres negras, o emprego doméstico refere-se a 18% das ocupações. No entanto, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas, ainda permanecem as desvantagens das trabalhadoras negras em relação às brancas no item formalização e proteção social. Enquanto 29,3% das trabalhadoras domésticas negras tinham carteira assinada em 2015, entre as brancas, esse índice chegava a 32,5%. Segundo a PNAD (IBGE, 2016), o Brasil tinha 6.158 milhões de trabalhadores (as) domésticos (as), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 88,7% dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as) entre 10 e 17 anos eram meninas e 71% eram negras.

Podemos chamar este fenômeno, esta divisão, de racismo patriarcal, porque ele, além de inferiorizar a população negra, também estabelece formas diferenciadas de subordinação de acordo com o sexo das pessoas negras, afetando principalmente mulheres dos grupos raciais inferiorizados. (WERNECK,2010,p.6)

A proporção da população sem renda própria também sofreu mudanças nas últimas duas décadas. Entre as mulheres negras, por exemplo, 46,7% não possuíam renda própria em 1995. Em 2015, essa taxa foi reduzida para 27,3%. Esta redução tem relação com a ampliação do acesso aos benefícios assistenciais (Benefício da Prestação Continuada - BPC) e aos Programas de Transferência de Renda Condicionada (Programa Bolsa Família) por parte das famílias mais empobrecidas, em especial, pelas mulheres responsáveis pelos arranjos monoparentais, ou seja, sem a presença do cônjuge. Nos séculos passados, a mulher negra trabalhou como cozinheira, faxineira, ama de leite, dama de companhia, babá, quituteira, lavadeira, vendedora ambulante, fonte reprodutora de escravos, curandeira, foi fonte de prazer, trabalhadora da lavoura, cuidadora, dentre outras. E hoje, entre a modernidade dos tempo tecnológicos e as heranças da tradicionalidade as mulheres negras continuam a ocupar a base da pirâmide social. Após duzentos e um anos do fim da escravidão legal no Brasil, parece que a realidade das mulheres negras ainda é assombradas pelas cadeias do século XIX. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho,

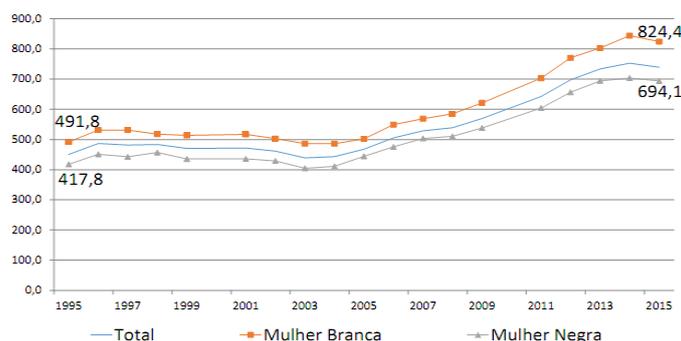
As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que, como já foi assinalado, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. As desigualdades e a discriminação de gênero e raça no Brasil são problemas que dizem respeito à maioria da população: as mulheres representam 42% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros, de ambos os sexos, representam 45%. Somados, correspondem a 68% da PEA, ou seja, 55 milhões de pessoas. As mulheres negras, por sua vez, correspondem a 18% da PEA, o que significa 14 milhões de pessoas e, como resultado da dupla discriminação de gênero e raça,

apresenta uma situação de sistemática desvantagem em todos os indicadores sociais e de mercado de trabalho considerados. (OIT/GRPE, 2016,p.51)

Todavia, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, assim como a promoção/universalização das Políticas de Igualdade Racial, continua sendo um desafio tanto no que se refere à melhoria das condições objetivas de vida dessas mulheres e suas famílias, quanto para a construção e ao fortalecimento da sua identidade cultural, uma dimensão central na afirmação da cidadania desse grupo social.

Gráfico 1

Rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas,
por cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: PNADE/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

Os números acima expressam a condição de precariedade presente na realidade vivenciada todos os dias pela maioria das mulheres negras trabalhadoras no Brasil.

É um fato que a pobreza no Brasil tem cor: negra. Tal afirmação não pode ocultar a existência de um amplo contingente de pessoas pobres e extremamente pobres que não são negras. Todavia, a maioria dos negros não é negra porque é pobre, mas sim, pobre porque é negra. Assim, sem deixar de reconhecer os pobres de diferentes cores ou raças, e as pessoas negras de maior poder aquisitivo, o fato é que os motivos de sua existência não são exatamente os mesmos. No caso dos negros, a principal causa da pobreza, vem a ser a persistência do preconceito, da discriminação racial, e do racismo. (PAIXÃO; CARVANO,2008,p.18)

Neste sentido, é necessário que esses dados sejam levados em conta na formulação de novas políticas ao reconhecer que o mercado de trabalho é um potente marcador das desigualdades de gênero, raça e classe. Por isso, nas políticas sociais de cunho Interseccional

Estas diferenças vão ser tratadas diferentemente para quem reside em área rural ou urbana; nas regiões norte ou nordeste, ou no sul, sudeste ou centro oeste nas favelas, nas florestas ou no asfalto, etc. Existem muitas diferenças que podem afetar a vida das mulheres negras, produzindo ou agravando as

desigualdades. Chamamos este fenômeno de coexistência de fatores capazes de provocar subordinação de interseccionalidade. (WERNECK,2010,p.8)

Podemos dizer que a colonização enquanto veículo de divisão internacional do trabalho inserido na dinâmica capitalista comercial, pautada no etnocentrismo europeu legitimou a escravidão. No Brasil, a escravidão⁶ demarcou a formação da sociedade de classes e tornou-se o regulador das relações de trabalho.

Assim, se por um lado é factível identificação de posturas etnocêntricas em diversos povos ao longo da história humana, incluindo sua derivação escravocrata, o traço especialmente radicalizado, ou racista assumido pelo etnocentrismo e pela escravidão moderna, foi produto do colonialismo e, posteriormente, do imperialismo. (PAIXÃO; CARVANO,2008,p.17)

Pensar política pública de equidade de gênero e raça não se detém somente na compensação de um passado atroz, mas, também, no reconhecimento da realidade cruel na qual se insere a mulher negra na atualidade. Segundo Abramo (2004)

As desigualdades e as discriminações de gênero e raça são duas formas fundamentais de discriminação que cruzam a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil. São dois tipos de discriminação que não apenas se superpõem, mas se inter cruzam e se potencializam. A situação da mulher negra evidencia essa dupla discriminação. Examinando os indicadores do mercado de trabalho, o que observamos é que em alguns aspectos a discriminação de gênero é mais acentuada que a de raça, e em outros ocorre o contrário. Não se trata aqui de discutir qual desses dois tipos de discriminação é o pior. Ambos são intoleráveis e têm de ser combatidos. No caso da mulher negra, uma forma de discriminação potencializa a outra. (ABRAMO,2004,p.17-18)

O reconhecimento feminização e etnicização da pobreza traz para o centro do debate sobre políticas públicas a necessidade de pensar as Interseccionalidades numa perspectiva política que rejeita as neutralidades. A pobreza é por si interseccional, ninguém é somente pobre, ou somente negro, ou somente mulher, logo, políticas publicas de enfrentamento as desigualdades precisam ser formuladas levando em conta o caráter interseccional do público que pretende atender. Se tratando de políticas de Assistência Social, por exemplo, é preciso reconhecer que a pobreza tem cor e gênero, ela está demarcada de maneira explícita e interseccional na sociedade brasileira. Neste sentido, políticas públicas comprometidas, deveriam ter como pressuposto central que.

⁶ Quijano (2005) explica que a própria ideia de colonizados/colonizadores chega a América a partir deste olhar de superioridade de uma raça em detrimento de outra europeia.

A pobreza é heterogênea. Isso pode parecer óbvio, mas não é porque a maioria das análises e diagnósticos sobre a questão da pobreza, os indicadores em geral utilizados para medi-la, assim como as políticas públicas desenvolvidas para tentar combatê-la não consideram devidamente nem a dimensão de gênero, nem a de raça desses fenômenos. (ABRAMO,2004,p. 18)

Elencamos a seguir alguns determinantes da pobreza na vida das mulheres negras identificados por nossa pesquisa. Primeiro, a maior dificuldade de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e, com trabalho decente. Segundo Abramo(2004), na dimensão do gênero, a dificuldade se situa na imposição dos múltiplos papéis da mulher na sociedade. Ainda que algumas mudanças tenham ocorrido, o trabalho feminino consome um número de horas maior que o do homem por dia (especialmente entre os setores mais pobres) e não tem um valor econômico reconhecido pelo mercado. Desta forma, não somente a desvalorização econômica incide sobre os trabalhos femininos, como também fatores culturais baseados em preconceitos forjados no passado colonial brasileiro e retroalimentados pelos sistemas que perpetuam as desigualdades sociais.

Existem também fatores culturais que não incentivam — ou desincentivam — o trabalho feminino, dentre eles a velha ideia de que cabe ao homem o papel de provedor da família e à mulher as funções de cuidado. [...]. O trabalho tanto de negros como de mulheres é menos valorizado social e economicamente. Isso está na base dos preconceitos que afetam a sua inserção no mercado de trabalho, como a suposta “falta de competência” para determinados tipos de trabalho, ou uma delimitação rígida do que seriam trabalhos próprios para mulheres e próprios para homens, próprios para negros e próprios para brancos. As formas pelas quais negros e mulheres são desqualificados e desvalorizados no mercado de trabalho não são necessariamente as mesmas, mas esse fenômeno ocorre com ambos os grupos da população e está na base da persistência e reprodução de uma segmentação ocupacional que os desfavorece. (ABRAMO,2010,p. 19)

Um segundo determinante diz respeito relacionados ao gênero e raça é a escolaridade. Apesar dos avanços verificados na última década nos níveis de escolaridade, principalmente a partir das políticas de incentivo de acesso à universidade como o FIES, REUNI, e a Lei de Cotas, ainda persiste um diferencial muito grande entre negros e brancos nesse aspecto. Além disso, merece atenção às necessidades relativas à permanência desses sujeitos na Universidade, o que nem sempre vem sendo garantido aos estudantes pobres. Embora a dificuldade no acesso à universidade tenha sido amenizada por políticas de incentivo, por outro lado, a falta de assistência estudantil, de bolsas de extensão, a falta de uma política federal de passe livre universitário retira muitas mulheres negras das salas das universidades. No que se refere

ao Ensino Superior, Racismo e Sexismo, Hooks(1995.p.468) afirma que as intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como “suspeita”. A falta de assistência e a necessidade de trabalhar, assim como a necessidade de atender as demandas da própria universidade e de casa gera um esgotamento psicológico, físico e emocional nas mulheres negras. Porém, mesmo com esses desafios, a conclusão do Ensino Superior continua a ser a esperança de dias melhores para as mulheres negras na atualidade.

O acesso à educação, de maneira geral, permite a reelaboração do mundo a partir de novas perspectivas e interesses, ou seja, ela é fundamental para a construção de subjetividades críticas e, também, para o fortalecimento das identidades tradicionalmente subalternizadas.

Cabe registrar a melhoria dos indicadores de escolaridade nos últimos 20 anos, em virtude dos Programas de Transferência de Renda condicionados à frequência escolar. Além disso, a expansão da rede pública e das matrículas e do transporte escolar possibilitou a universalização do ensino fundamental no país, ainda que este seja objeto de crítica, diminuindo o tempo de estudo entre pobres e ricos. No entanto, ainda salta aos olhos a discrepância entre brancos e negros no que se refere ao grupo com maior escolaridade, 25,9% contra 12%. Embora esse dado nos indique que os brancos com maior escolaridade representam o dobro dos negros em igual posição, ele nos revela, também, que a participação dos negros neste grupo cresceu 300% nas duas últimas décadas. Certamente em razão das políticas públicas afirmativas que estabeleceram cotas raciais e sociais nas Universidades Públicas estaduais e federais.

Outro dado favorável refere-se ao crescimento do percentual de negros com 9 a 11 anos de estudo, de 10,9%, em 1995, para 29,2%, em 2015. Se observarmos com cuidado, esse percentual se iguala entre brancos e negros em 2015 (29,2% e 29,3%). Esses dados são de extrema importância para refletirmos sobre os impactos positivos das políticas públicas universais, neste caso, de Educação, aliada às políticas de recorte racial/cor. As pesquisas sobre a implementação da política de cota racial em todo o território nacional tem apontado resultados bastante positivos no que se refere à democratização do acesso à Universidade, ainda que precisemos avançar na política de permanência dos jovens universitários mesmos, já que o índice de evasão dos jovens

universitários vem crescendo e ameaçando o resultado da política de cota, nos últimos sete anos.

Um terceiro determinante diz respeito a condição de classe social familiar, que influencia diretamente na inserção das mulheres negras no mercado de trabalho assim como em outros contextos.

Segundo os resultados de pesquisa realizada ⁷, a maioria das mulheres negras tanto no município de Campos dos Goytacazes quanto no Brasil revelam particularidades ainda pouco sensíveis ao olhar das políticas públicas. Ao mergulhar no cotidiano das mulheres negras no contexto dinâmico e plural das relações sociais construídas historicamente por este grupo social e que tem como mediação central, embora não única, a inserção no mercado de trabalho, percebemos que a inserção da família e, principalmente, da mãe no mercado de trabalho tem ligação estreita com a inserção das mulheres mais jovens. Durante a pesquisa ficou claro que o acesso às políticas públicas principalmente às de redistribuição de renda e de igualdade racial é fundamental para que as mulheres negras ultrapassem as barreiras postas pelo racismo, pela desigualdade de classe, pelo machismo e sexismo. Por outro lado, os resultados da pesquisa deixam claro, também, que o acesso a níveis de escolaridade mais elevados não é garantia de uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

A partir das problematizações apresentadas e diante do cenário que vivenciamos atualmente no Brasil cabem muitas reflexões. Chamamos atenção para uma em especial. Se nos últimos 16 anos, as políticas públicas foram as grandes responsáveis pela melhoria da condição de vida da população negra, seja a partir dos programas de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família, seja pelas adoção de políticas afirmativas de corte étnico/racial, como é o caso da Lei nº 12.711 de 29 Agosto de 2012 que institui cotas raciais para acesso às universidades nos cursos de graduação e Lei nº. 6.914, em 2014 que regulamente cotas raciais para cursos de mestrado e doutorado, bem como, em concursos públicos através da Lei nº 12.990 de 9

⁷ Ver: SILVA, Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da Silva. **VIVÊNCIAS NEGRAS E TRABALHO DO CUIDADO: Uma análise consubstancial sobre as trajetórias de mulheres negras no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes/RJ.** Dissertação (mestrado).Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes,2018.

de junho de 2014⁸, entre outras conquistas, elas estão ameaçadas pela contrarreforma de cunho conservador implementadas recentemente no país.

Congeladas despesas com pessoal – o que afetaria contratações no setor público, inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas universidades federais –, assim como a política de valorização do salário mínimo e o piso da Previdência para a aposentadoria. A farmácia popular e programas como Fies e Prouni, nas faculdades privadas, também sofrerão com cortes [...] Ao mesmo tempo em que a PEC abala educação e saúde públicas, caminha a passos largos a reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima para se aposentar. Nem mesmo o limite mínimo de gastos previsto pela Constituição Federal para esses setores precisará mais ser respeitado. (Sindicato dos Bancários do Ceará, 2016, p.4)

A contrarreforma trabalhista recentemente aprovada pela Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação “às novas relações de trabalho” impostas pelo mercado altera nada menos que 201 pontos, interferindo diretamente nas condições de trabalho e nos direitos do trabalhador. Em síntese, a flexibilização das relações de trabalho introduzidas a partir deste novo marco ao instituir formas de contratação mais precárias e atípicas, flexibiliza a jornada de trabalho, rebaixa a remuneração, altera normas de saúde e segurança do trabalho, promove a fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva e limita o acesso e o poder de ação da Justiça do Trabalho, retirando das mãos da classe trabalhadora os poucos instrumentos legais de garantia de condições dignas para o trabalho. Não por acaso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) inseriu o Brasil na lista⁹ dos 24 casos que a OIT investigará por violação às normas internacionais do trabalho.

A apresentação da contrarreforma da Previdência pelo governo conservador de Jair Messias Bolsonaro aprofunda a lógica neoliberal, aprofundando a desigualdade e estimulando o contexto de superexploração da classe- que- vive- do- trabalho e mais, penalizando as frágeis conquistas das duas últimas décadas.

A subordinação do capitalismo produtivo ao financeiro é a marca da nova tendência do capitalismo no mundo. O Brasil, enquanto economia subordinada e dependente, se insere nessas novas configurações às custa da expropriação dos meios

⁸ Cabe destacar que nem mesmo esta política mais recente contempla a visão interseccional. Embora tenha sido formulada levando em consideração os fatores raça e condição social, o fator gênero é invisibilizado por tais políticas. Logo não há garantias de inserção de mulheres negras nos cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu*. É preciso buscar estratégias de enfrentamento.

⁹ Ver no site da ANPT: <http://www.anpt.org.br/imprensa/noticias/3328-oit-inclui-brasil-em-lista-de-paises-com-casos-mais-graves-de-violacoes-das-convencoes-trabalhistas>

de vida, mas, também, do direito ao trabalho e dos direitos trabalhistas e sociais, fundamentais à reprodução social do trabalhador e de sua família.

No atual cenário, alguns desafios são postos às políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades sociais, às opressões e violências de gênero e ao racismo em todas as suas manifestações. O primeiro é incorporar a dimensão de gênero e raça na formulação e avaliação de programas e políticas, como forma de dar visibilidade às particularidades das mulheres negras para subsidiar políticas públicas universais e interseccionais. O segundo desafio é acolher e incorporar as pautas dos movimentos sociais nas agendas governamentais estabelecendo novos caminhos para formulação de políticas públicas. Essa integração não apenas oxigena as novas formulações de políticas públicas, como tem o poder de reavivar as memórias e lutas negras ao longo dos anos na sociedade brasileira.

Quando falamos de políticas públicas nos referimos a gestores, a formuladores de políticas, a pessoas responsáveis pela implementação dessas políticas, seu monitoramento e avaliação. Estamos falando do governo, dos funcionários públicos e também das organizações da sociedade civil que estão em constante diálogo com esses gestores públicos. Um fator central, portanto, para o êxito dessas políticas, para aumentar sua capacidade de contribuir para a superação das desigualdades de gênero e raça é fortalecer as capacidades institucionais dos atores que são por elas responsáveis para que seja capazes de executar tudo o que estamos propondo aqui. As organizações sindicais, de empregadores, de mulheres e negros têm de estarem presentes nessa discussão. Para isso elas também têm de se qualificar, para saber traduzir todas essas ideias e demandas em políticas e ações concretas (ABRAMO,2002,p.20-21)

O terceiro desafio é gerar respostas para os antigos e novos problemas que perpassam as experiências negras. Para tanto, faz-se necessário revisitar as políticas públicas com olhar crítico, destacando as mudanças que vêm sendo impostas pelos agentes do mercado em parceria com o Estado, no sentido de flexibilizar os direitos e inviabilizá-los como regras de sociabilidade. Esta perspectiva exige aprofundarmos a nossa investigação acerca da natureza, função e papel do Estado neste contexto de financeirização e de mercantilização. Como falamos no início deste artigo, não pretendemos trazer respostas definitivas aos nossos questionamentos. Importa tecermos o debate acerca das particularidades das vivências negras numa perspectiva interseccional e propositiva.

Referências

ABRAMO, Laís. Perspectivas de Gênero e Raça nas políticas Públicas. Nota Técnica/IPEA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA, BRASIL: ACORDOS E COMPROMISSOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E COMBATE A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, Brasília, 22-24 de março de 2004.

ALMEIDA, E.T.V de. **Relatório final projeto de pesquisa Assistência Social: universalização do direito ou assistencialização?** - problematizando o significado atual da Assistência Social no enfrentamento da “questão social” no município de Campos dos Goytacazes/RJ - 2009 a 2012.UFF/NETRAD, Campos dos Goytacazes, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade e a Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, n.1, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>.

CESIT.2017. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**.GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP. Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>.

ENGELS, Friedrich. “Princípios do Comunismo” In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Vozes, 2001.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. 2014.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, p. 464- 478, 2º semestre. 1995.

IBGE/2018.**Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p.

IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero , raça e classe no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017.

MARINI, R.M. **Dialética da dependência**. 1973.

MATTOS, Marcelo Badaró. E.P. **Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

OTI/GRPE.Organização Internacional do Trabalho. **Gênero, raça, pobreza e emprego**: o Programa GRPE no Brasil / Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE) — [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2016.

PAIXÃO, Marcelo. CARVANO, Luis.M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008**: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. LAESER / IE / UFRJ. 2010

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo(org). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005.p. 227-278.

THOMPSON. E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, mar./jun. 2010.